



IMARIBO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF 76.486.463/0001-77

www.imaribo.com

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Mensagem da Administração
O setor madeireiro vem enfrentando momentos difíceis desde que o governo dos Estados Unidos da América impôs severas tarifas de importação. Os produtos da IMARIBO e de seus principais clientes, direta ou indiretamente, foram afetados pelas tarifas máximas impostas. O impacto direto junto aos clientes do mercado interno decorre do fato de que eles transformam a matéria-prima fornecida pela IMARIBO em produtos finais, como molduras, móveis, portas etc., que, em grande parte, eram exportados para o mercado norte-americano. Indiretamente, as tarifas também afetaram nossos clientes do mercado externo, uma vez que países como o México e os do Sudeste Asiático utilizavam nossos produtos para transformá-los em bens acabados cujo destino final também era o mercado norte-americano. Com a retração desse mercado, produtores de diversos países passaram a reduzir preços com o intuito de absorver maior participação no mercado renaescente, o que resultou em forte compressão dos preços finais. Em contrapartida, o preço da matéria-prima no Brasil - madeira em pé - permaneceu pouco alterado, visto que a alternativa de utilização da madeira em toras foi direcionada ao mercado de celulose, que não sofreu qualquer taxa adicional por parte dos norte-americanos. A consequência desse cenário foi o significativo estreitamento das margens, menor demanda e custos fixos sem possibilidade de adequada diluição, resultando, portanto, em resultados bastante reduzidos. Diante desse contexto, muitas empresas do setor encerraram suas atividades. No quarto semestre de 2024 a IMARIBO tomou a decisão estratégica de criar maior valor para a companhia, modernizando e automatizando parte de sua serra, que trará melhores resultados com o maior aproveitamento das toras, automação e redução de custo e risco de acidentes para os nossos colaboradores. Com isto estaremos em melhor posição para enfrentar as adversidades do mercado. Os equipamentos entraram em operação no segundo trimestre de 2025, passamos pelo processo de aprendizado / treinamento e estamos começando a colher os frutos deste investimento. A Receita Líquida em 2025 foi de R\$ 128.336 mil, comparada a R\$ 133.990 mil em 2024, representando uma redução de 4,2%. A participação das vendas no mercado interno foi de 67%, mantendo a mesma proporção do ano anterior, enquanto as exportações representaram 33%, preservando a diversificação geográfica da receita estáveis em relação a 2024. Esta participação das vendas para o exterior também nos prejudicou em 2025, pois tivemos uma valorização do real de 11,14%, pouco comum no nosso histórico cambial. A expedição de produtos de madeira no exercício de 2025 foi de 93.749 toneladas, contra 102.839 toneladas no ano anterior (redução de 9%). A expedição de pasta mecânica foi de 7.397 toneladas no exercício, comparada a 7.987 toneladas no ano anterior (redução de 7%). O principal fator negativo em 2025 foi a retração do mercado, embora a IMARIBO tenha se preparando para atender a uma demanda mais aquecida, por meio de ações voltadas à melhoria dos produtos, qualidade e maior competitividade. As dificuldades relatadas acima, apesar dos esforços em melhorias operacionais, de processos e na redução de custos fixos e variáveis, fizeram com que os custos de produção não diminuíssem, reduzindo a margem bruta para 8,34% em 2025, contra 16,26% no ano anterior. As despesas administrativas apresentaram importante redução de 14% no período, demonstrando o controle e as contenções exercidas nessas áreas. O balanço da Controladora ainda apresenta forte impacto positivo decorrente da alienação da IQUACLI. Excluído esse impacto e a equivalência patrimonial na investida Nórdica Veículos S.A., o Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Tributos foi de R\$ 45,6 milhões, contra R\$ 37,6 milhões no exercício anterior, representando melhora de 21%. Por fim, o Lucro Líquido Consolidado da IMARIBO no exercício de 2025 foi de R\$ 139,352 milhões, um aumento de 4,3% quando comparado ao exercício de 2024, que foi de R\$ 133,650 milhões.

EMPRESA CONTROLADA - NÓRDICA VEÍCULOS S.A.
Receita de caminhões e ônibus - Volvo
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
O setor de caminhões enfrentou um ano turbulento, que tinha tudo para ser promissor, após alta de 16,8% em nosso volume de vendas em 2024, mas enfrentou desaceleração nas vendas de 2025 por conta de incertezas locais e instabilidades globais. Isso refletiu em uma leve queda no volume total das vendas de caminhões pesados e semipesados de 5,8% em 2025, em relação ao ano anterior. Entre os fatores internos que dificultaram a troca de frota dos nossos potenciais clientes, sobretudo para o segmento de caminhões pesados, podemos

elencar a taxa de juros elevada e retração de incentivos fiscais do governo, que tiveram impacto negativo na renovação de frota. A instabilidade global, impactando diretamente nos produtores e exportadores, tiveram consequências nas ações a curto prazo, levando clientes locais a segurarem investimento em caminhões pesados. Mas a crise não afetou somente a nossa região de atuação, pois segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a indústria brasileira do setor de caminhões encorou o ano de 2025 com produção 12% menor, quando comparado a 2024. Somente em dezembro de 2025, o Governo Federal publicou uma Medida Provisória autorizando a destinação de recursos para as linhas de crédito voltadas à renovação da frota. Por meio de portaria, o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) definiu os critérios para concessão de financiamentos com taxas de juros subsidiadas. Apesar da queda específica no segmento de caminhões, o desempenho geral em 2025 não pode ser classificado como ruim para a companhia, diante de tantas adversidades. Novamente o caminhão semipesado se destacou nas vendas, e conseguimos atingir a marca de 8,9% de crescimento no volume total das vendas de semipesados em 2025, quando comparado ao ano anterior. Em um ano de crédito restrito, o segmento intermediário não apenas resistiu à crise, como atingiu seu maior volume de vendas dos últimos anos. A frota de médios estava mais envelhecida em comparação aos pesados, renovados recentemente com a chegada do Euro 6, favorecendo o movimento de troca neste ano. O setor de ônibus, que mostrava sinais fortes de recuperação na região de atuação da companhia, com um crescimento expressivo de 34,4% nas vendas em 2024, teve uma retração já esperada de 67,5% em 2025, fruto da sazonalidade de renovação de frotas. Nas vendas de serviços conseguimos crescer 15,7% em 2025, quando comparado a 2024, reflexo de investimentos com incremento de mão de obra, treinamento especializado, tecnologia, eficiência operacional e focada conexão e experiência personalizada aos nossos clientes. Em Peças, o ritmo não acompanhou o ano de 2024, no entanto conseguimos manter o patamar de vendas, com uma relevante redução de 0,1%, grande parte impactada pela dinâmica do mercado de peças para ônibus. No final do primeiro semestre de 2025, já era possível perceber a trajetória que o mercado estava tomando, com tendência à estagnação nas vendas, pois os negócios com veículos estão condicionados a uma dinâmica de investimentos complexa, dada a volatilidade atual em segmentos como agronegócios, carnes, construções e indústria, no entanto, um pequeno aquecimento no final do ano não foi suficiente para amenizar a queda e recuperar a performance de 2024, ocasionando impacto direto nos resultados. Buscamos por equilíbrio e maturidade nos negócios, diante do cenário que se apresenta, onde o mercado não reagiu por conta da restrição de crédito, então tomamos a decisão de não sacrificar tanto as margens e a rentabilidade. Essa evolução no enfrentamento da crise, garantiu os resultados. O decréscimo do faturamento líquido de 13,5% em 2025 quando comparado a 2024, não impactou significativamente no lucro líquido, que apresentou melhoras em 2025, fechando em 6,81% sobre a receita líquida, quando comparado aos 6,44% de 2024. A estratégia de negócios foi amplamente disseminada na organização e evoluiu para uma análise mais criteriosa nas margens, despesas e investimentos, focando na real necessidade e valor, muito importante para o momento dos negócios. A gestão mais próxima da Direção com as Lideranças de áreas, todos focados nas estratégias para superação das adversidades, foi importante para a manutenção dos lucros e resultados. Por outro lado, despesas gerais e administrativas, que em 2024 perfaziam 4,6% da receita operacional líquida, com a queda no faturamento, passaram a representar 6,02% em 2025, o que requer cautela e implementação de medidas de otimização. A dedicação e a eficiência dos nossos colaboradores, atentos à satisfação dos nossos clientes, acionistas, colaboradores, parceiros e comunidades, melhorando o desempenho da companhia, foram fundamentais para o enfrentamento da crise e resiliência diante das instabilidades do mercado e busca da manutenção dos resultados ao negócio.

Agradecimentos
O Grupo Imaribo quer registrar seus agradecimentos aos clientes, fornecedores, representantes, instituições financeiras, órgãos governamentais, acionistas e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação.

Declaração das Diretorias
Em atendimento às disposições legais pertinentes, as Diretorias declaram que revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o qual foi aprovado em Reuniões de Diretorias de 05 de março de 2026.

Curitiba, 05 de março de 2026.
A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

BALANÇO PATRIMONIAL (Valores expressos em milhares de reais)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024	
ATIVO CIRCULANTE					PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	48	704	65	Fornecedores e contas a pagar	17	5.719	9.203	111.572	163.939
Aplicações financeiras	6	25.446	81.248	213.570	Obrigações trabalhistas e sociais	18	2.812	3.063	9.787	9.803
Clientes	7	12.283	11.105	95.439	Obrigações tributárias	19	313	304	11.792	11.805
Estoques	8	16.876	14.057	257.699	Adiantamentos de clientes		8	65	912	1.367
Adiantamentos a fornecedores		112	549	1.537	Passivo de arrendamento	15.b	-	-	1.383	924
Tributos a recuperar	9	13.934	15.386	44.166	Dividendos a pagar		33.096	-	33.096	-
Dividendos e JCP a receber	20	23.208	20.168	-	Outras obrigações	23	1.755	2.285	1.757	2.303
Escrow venda de ativos	11	7.962	7.962	7.962	Total do passivo circulante		43.703	14.920	170.299	190.141
Outros créditos		774	686	835						
Total do ativo circulante		100.643	151.865	621.273	PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
ATIVO NÃO CIRCULANTE					Passivo de arrendamento	15.b	-	-	1.088	-
Tributos a recuperar	9	4.994	4.743	4.994	Tributos diferidos	21.b	65.321	56.018	78.517	69.167
Clientes	7	-	-	-	Provisão para litígios	22	29.886	47.508	30.511	47.992
Depósitos judiciais		52	60	52	Total do passivo não circulante		95.207	103.526	110.116	117.159
Precatórios a receber	10	23.240	27.824	23.240	TOTAL DO PASSIVO		138.910	118.446	280.415	307.300
Escrow venda de ativos	11	21.500	36.846	21.500	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Outros créditos		2.504	1.625	2.601	Capital social	24.a	530.000	270.000	530.000	270.000
		52.290	71.098	52.387	Reserva de capital	24.b	1.159	1.159	1.159	1.159
Investimentos	12	468.154	424.652	-	Reservas de incentivos fiscais	24.c	-	12.818	-	12.818
Ativo biológico	13	163.774	149.976	163.774	Reserva legal	24.c	5.779	22.952	5.779	22.952
Imobilizado	14	118.140	115.157	205.626	Reserva de ativo biológico	24.c	88.728	81.680	88.728	81.680
Direito de uso	15.a	-	-	2.444	Reservas de lucros a realizar	24.c	63.685	328.989	63.685	328.989
Intangível	16	267	-	269	Ajuste de avaliação patrimonial	24.d	76.007	76.704	76.007	76.704
		751.335	689.785	372.113	Total do patrimônio líquido		765.358	794.302	765.358	794.302
Total do ativo não circulante		803.625	760.883	424.500	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		904.268	912.748	1.045.773	1.101.602
TOTAL DO ATIVO		904.268	912.748	1.045.773						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	128.336	133.990	1.562.281
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	26	(116.339)	(112.205)	(1.404.596)
LUCRO BRUTO		11.997	21.785	157.685
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				192.942
Despesas administrativas	26	(12.369)	(14.377)	(87.288)
Despesas comerciais	26	(7.285)	(7.009)	(21.566)
Valor justo dos ativos biológicos	13	15.837	22.611	15.637
Resultado da equivalência patrimonial	12	97.718	106.813	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	27	37.627	14.226	102.166
		131.328	122.664	8.949
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		143.325	144.449	166.634
Resultado financeiro	28	11.499	6.564	36.700
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		154.824	151.013	203.334
Imposto de renda e contribuição social	21.a	(6.168)	(9.714)	(54.833)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.b	(9.303)	(7.849)	(9.350)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		139.352	133.650	139.352
Resultado líquido por ação básico em R\$		0,478	0,459	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		139.352	133.650	139.352
Outros resultados abrangentes		-	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO		139.352	133.650	139.352

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - Método indireto (Valores expressos em milhares de reais)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Das operações	25.421	15.008	127.094	125.771
Resultado do exercício	139.352	133.650	139.352	133.650
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.303	7.649	9.303	7.886
Depreciações, amortizações e exaustões	7.743	13.207	11.743	17.105
Provisões para litígios	(17.822)	(10.074)	(17.480)	(10.085)
Equivalência patrimonial	(97.718)	(106.813)	-	-
Valor justo de ativos biológicos	(15.637)	(22.611)	(15.637)	(22.611)
Ajuste a valor presente s/ clientes	-	-	(150)	(150)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(83)	(24)
Varição nos saldos de ativos e passivos	42.363	78.297	54.810	(8.682)
Redução / (aumento) das contas a receber	(1.178)	(1.530)	(28.035)	17.437
Redução / (aumento) dos estoques	(2.819)	573	65.574	(139.001)
Redução / (aumento) de outros ativos	17.577	77.646	37.462	70.106
Aumento / (redução) de fornecedores	(3.484)	3.046	(52.367)	49.758
Aumento / (redução) de obrigações trabalhistas e sociais	(251)	239	(16)	705
Aumento / (redução) de obrigações tributárias	9	(3.048)	(13)	(7.439)
Aumento / (redução) de outros passivos	(587)	1.371	(691)	(247)
Aumento / (redução) de Dividendos a pagar	33.096	-	33.096	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	67.784	93.305	181.904	117.089
Atividades de investimentos				
Dividendos recebidos	53.208	20.368	-	-
Adições ao imobilizado/intangível/Direito de Uso	(5.920)	(15.940)	(15.411)	(24.113)
Aplicações financeiras	55.802	(78.282)	2.927	(73.840)
Baixas do imobilizado / intangível - Custo Atribuído e Reavaliações	517	3.659	517	4.173
Gastos com ativos biológicos	(3.751)	(2.545)	(3.751)	(2.545)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	99.856	(72.740)	(15.718)	(96.325)
Atividades de financiamento				
Aumento / (redução) do passivo de arrendamento	-	-	1.436	(279)
Distribuição de Dividendos	(168.296)	(30.000)	(168.296)	(30.000)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento	(168.296)	(30.000)	(166.860)	(30.279)
Varição de caixa:	(656)	(9.435)	(674)	(9.151)
Caixa no início do exercício	704	10.139	739	10.254
Caixa no final do exercício	48	704	65	739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial		Total patrimônio líquido controladoras	Total patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros a realizar	Reserva de ativo biológico	Custo at ribuído			Lucros (prejuízos) acumulados
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	81.348	1.159	16.270	12.818	429.180	70.954	78.923	690.652	690.652	
Aumento de Capital	188.652	-	-	-	(188.652)	-	-	-	-	
Realização do custo atribuído em controlada	-	-	-	-	-	-	(289)	289	-	
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(2.925)	2.925	-	
Realização dos tributos diferidos sobre custo atribuído	-	-	-	-	-	-	995	(995)	-	
Realização da reserva ativo biológico	-	-	-	-	-	(9.269)	-	9.269	-	
Realização tributos diferidos sobre reserva ativo biológico	-	-	-	-	-	3.151	-	(3.151)	-	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	133.650	133.650	
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(30.000)	-	-	(30.000)	(30.000)	
Reserva legal (artigo 193, Lei n° 6.404/76)	-	-	6.682	-	-	-	-	(6.682)	-	
Reserva de lucros a realizar (artigo 197, Lei n° 6.404/76)	-	-	-	-	118.461	-	-	(118.461)	-	
Recomposição de reserva de ativos biológicos (art 197, lei 6404/76)	-	-	-	-	-	1.920	-	(1.920)	-	
Reserva de ativos biológicos (artigo 197, Lei n° 6.404/76)	-	-	-	-	-	14.923	-	(14.923)	-	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	270.000	1.159	22.952	12.818	328.989	81.680	76.704	794.302	794.302	
Aumento de Capital	280.000	-	(24.140)	(12.818)	(223.042)	-	-	-	-	
Realização do custo atribuído em controlada	-	-	-	-	-	-	(221)	221	-	
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(721)	721	-	
Realização dos tributos diferidos sobre custo atribuído	-	-	-	-	-	-	245	(245)	-	
Realização da reserva ativo biológico	-	-	-	-	-	(4.959)	-	4.959	-	
Realização tributos diferidos sobre reserva ativo biológico	-	-	-	-	-	1.886	-	(1.886)	-	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	139.352	139.352	
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(135.200)	-	-	(135.200)	(135.200)	
Reserva legal (artigo 193, Lei n° 6.404/76)	-	-	6.967	-	-	-	-	(6.967)	-	
Lucro a disposição da assembleia	-	-	-	-	126.03					

Notas Explicativas às demonstrações financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

(a) Controladora - A Inarbio S.A Indústria e Comércio é uma companhia por ações, de capital fechado, está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 76.486.463/0001-77. A Companhia tem sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Alfred Nobel, 795, Cidade Industrial de Curitiba - CIC, CEP: 81170-280, com filiais em Monte Carlo e Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, fundada em 02 de agosto de 1968, tendo como objeto social (a) industrialização, comércio, importação e exportação de madeiras e correlatos em geral; (b) exploração e comércio agrícola, pecuária, extrativa de madeiras, florestamento e reflorestamento nas diversas modalidades, com recursos próprios, incoativados ou de terceiros; (c) plantio, conservação e exploração de reservas florestais; (d) produção e comercialização de sementes e mudas florestais; (e) administração de bens próprios e de terceiros; (f) prestação de serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita; (g) atividades de apoio a produção florestal; (h) participação como acionista ou quotista em outras sociedades, (i) industrialização, comércio, importação e exportação de papel, celulose, cartões, embalagens, pasta de madeira e seus correlatos, derivados e semi-produtos em geral; (j) produção e comercialização de corretivos de acidez de solo e (k) geração e comercialização de energia elétrica; (l) construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; (m) comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial, partes e peças; (n) representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves; (o) holdings e instituições não-financeiras; (p) distribuição de energia elétrica; (q) outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente.

(b) Controladas

Nórdica Veículos S.A.
A Nórdica Veículos S.A. é uma companhia por ações, de capital fechado, está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 77.997.187/0001-74. A Companhia tem sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Alfred Nobel, 795, Cidade Industrial de Curitiba - CIC, CEP: 81170-280, com filiais em: Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Mameleiro, Ponta Grossa, Telêmaco Borba e União da Vitória, tem por objeto: (a) comércio de veículos automotores em geral, peças e acessórios e a exploração de oficina de reparos e consertos de veículos automotores; (b) importação e exportação de veículos automotores, peças e acessórios em geral; (c) participação em outras sociedades como cotista ou acionista; (d) a locação de veículos automotores; (e) aquisição de salvados, desmanche e comércio de peças usadas e recondiçionadas em geral; (f) serviço de recauchutagem de pneus a frio.

A Companhia firmou em 27 de dezembro de 1990 o Contrato de Concessão Comercial junto a Volvo do Brasil Motores e Veículos S.A., por tempo indeterminado, objetivando a concessão de direitos e privilégios de promover a comercialização de chassis de caminhões, ônibus, peças, unidades de troca e acessórios, fabricados ou fornecidos pela Volvo, prestar assistência a esses produtos inclusive mediante atendimento em garantia, bem como utilizar, para diferenciá-las suas instalações, as diversas marcas comerciais, emblemas, logotipos e sinais da Volvo. O contrato entre as partes determina a área de concessão demarcada para atuação da Nórdica Veículos S.A. A Companhia ao longo do Contrato de Concessão Comercial vem atendendo satisfatoriamente as exigências e obrigações impostas pela Concedente relativas às vendas, recursos financeiros, dependências, contabilidade, padrões éticos, instalações, oficinas, ferramentas, pessoal, departamentos, estoques e administração geral.

(c) Incorporação da - Centrais Elétricas Salto Corrente Ltda

Durante o exercício de 2025, foi realizada a aquisição e incorporação da CESC - Centrais Elétricas Salto Corrente Ltda., seus efeitos estão descritos na nota explicativa nº 30.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Ainda, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas e, quando aplicável, as controladas em conjunto, diretas e indiretas. A data-base das demonstrações financeiras das controladas, incluídas na consolidação, é coincidente com as da controladora.

As demonstrações financeiras individuais da controladora, preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), são divulgadas em conjunto com as demonstrações consolidadas. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão pela administração em 05 de março de 2026.

2.2 Demonstrações financeiras consolidadas

Na consolidação das demonstrações financeiras relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido das controladas, bem como saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas e resultados não realizados decorrentes de transações efetuadas entre estas. A participação dos acionistas não controladores é destacada nas demonstrações financeiras. a. Controladas: são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Controladora e nas quais há preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger ou destituir a maioria dos administradores. As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle deixa de existir. b. Sociedades integrantes das demonstrações financeiras consolidadas: as demonstrações financeiras consolidadas incluem além das informações relativas à Companhia, as informações contábeis das suas controladas diretas e indiretas, conforme demonstrado a seguir:

	Participações (%)	
	2025	2024
Controladas:		
Nórdica Veículos S.A.	99,9999%	99,9999%

3. Políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras anuais estão definidas abaixo:

3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, qual seja, o Real (R\$).

3.2 Transações e saldos

Operações com moedas estrangeiras são inicialmente registradas na moeda funcional (R\$) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Em existindo ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação dessas operações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais.

3.3 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador. A Companhia adota a seguinte política para reconhecimento da receita: (a) o valor da receita é seguramente mensurável; (b) é perfeitamente provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos individualmente nas vendas realizadas, entendendo para isso, que tenha ocorrido a transferência de propriedade e dos riscos da mercadoria ao cliente, ou ainda com provação da transação obtida por meio da evidênciação dos termos da negociação com os clientes do exterior (Incoltems).

Receita de juros

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que sejam prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.5 Contas a receber

São apresentadas ao valor presente e de realização e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a possível provisão decorrente de teste de recuperabilidade (perdas no recebimento de créditos e perdas esperadas), constituída em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cujo recebimento seja considerado duvidoso.

3.6 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras ou da produção, que incluem a exaustão dos ativos biológicos, limitados ao valor líquido realizável. O custo médio ou os valores de realização são deduzidos de provisão para obsolescência, quando necessário. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

3.7 Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são registrados pelo custo de aquisição e ajustados anualmente pelo método de equivalência patrimonial.

3.8 Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa de valor residual e da vida útil econômica dos respectivos componentes. A vida útil econômica, as quais são base para definição das taxas anuais de depreciação, estão mencionadas na Nota 14. A Companhia e empresas controladas têm por política realizar a revisão anual das estimativas de vida útil e de valores residuais.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custado das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os arrendamentos mercantis de imobilizado não qual a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e os benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos do todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

Redução do valor recuperável dos demais ativos (teste de "impairment")

Anualmente, a administração revisa o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, reconhecida no resultado do período, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para tanto, a Companhia definiu, como unidades geradoras de caixa, cada uma de suas plantas industriais e adota como base para determinar o valor recuperável do ativo o valor justo, líquido de despesas de venda, partindo da premissa de existência de um mercado ativo.

3.9 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados anualmente ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. Sua exaustão é calculada com base no corte das florestas. Os ativos biológicos da Companhia estão representados pelas florestas em formação, destinadas ao fornecimento de madeira para a produção de serraria.

A Companhia tem por política a revisão anual do valor justo de seus ativos biológicos com vida superior a 02 (dois) anos para eucalyptus e 03 (três) anos para pinus. Para determinação do valor justo foi utilizado o método do fluxo de caixa descontado, considerando a quantidade cúbica da madeira existente, segregada em ano de plantio, e os respectivos valores de venda de "madeira em pé" até o esgotamento das florestas. O preço médio líquido de venda foi estimado com base no preço estimado da madeira para o mercado local, baseado em estudo de mercado e amostras de algumas pesquisas de transações, ajustado para refletir o valor da "madeira em pé". (Nota 13).

3.10 Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização, a qual leva em consideração o prazo de vida útil estimado dos ativos intangíveis. O valor contábil do Ativo Intangível não supera seu provável valor de recuperação, e os intangíveis de vida útil indefinida são submetidos anualmente a testes de "impairment".

3.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contraiados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.12 Partes relacionadas

Os saldos representativos de partes relacionadas no ativo, ou passivo, não circulantes, estão atualizados monetariamente até a data do balanço pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), e 80% do valor da SELIC na operação de compra e venda de participações.

3.13 Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:
• Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
• Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas; e o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto	Alíquota
Imposto sobre produto industrializados - IPI	5,00 a 15,00%
Imposto sobre a circulação de mercadorias - ICMS	12,00 a 18,00%
Programa de integração social - PIS	1,65%
Contribuição para a seguridade social - COFINS	7,60%
Imposto sobre serviço - ISS	5,00%

Esses encargos são demonstrados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o IRPJ e CSLL, sendo o tributo corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas das demonstrações financeiras, sendo elas: (i) IRPJ - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável acrescido adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 ao ano); (ii) CSLL - calculada a alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados acaso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e se referirem a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma sociedade empresária sujeita a esta tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de levantamento das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.14 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Processos trabalhistas e cíveis, cujas perdas são avaliadas como prováveis, são provisionados com base na expectativa de desembolso e apoiado na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis.

3.15 Ativos financeiros - Reconhecimento e mensuração

(i) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha determinado, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

(iii) Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia não se financia com empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

3.16 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.17 Arrendamento mercantil

a. Direito de Uso

O custo do ativo de direito de uso corresponde ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais os custos diretos iniciais incorridos, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

A depreciação é calculada pelo método linear desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento.

b. Passivo de arrendamento

A mensuração das operações de arrendamentos corresponde ao total dos pagamentos futuros de alugueis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a Companhia. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de empréstimo incremental. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa de empréstimo incremental, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

As contabilizações são referentes a sua controlada Nórdica Veículos S.A.

3.18 Estimativas contábeis e incertezas

As demonstrações financeiras incluem a utilização de estimativas que levam em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores subjetivos. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas são:

- análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- revisão da vida útil econômica e do valor residual do ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações;
- mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- mensuração do valor justo dos ativos florestais;
- realização dos tributos diferidos ativos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais;
- interpretação de regulamentos tributários complexos, dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes; e
- análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios envolvendo processos administrativos e judiciais e demais ativos e passivos na data das demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Valor justo de ativos biológicos

Para a mensuração dos valores justos dos ativos biológicos são adotadas premissas para estimar valores, preços, bem como em informações de mercado e outras informações disponíveis, conforme mencionado na nota 3.9.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e fundos fixos	-	-	17	22
Bancos conta movimento	48	704	48	717
	48	704	65	739

6. Aplicações financeiras


Instituição	Remuneração	Controladora	
		2025	2024
Banco Safra S.A	Poupança	2	2
Banco do Brasil	Diário - 14,31% CDI	15	24
Banco Itaú	Letra financeira 102% CDI	4.805	3.382
Banco Itaú	Compromissada 94% CDI - cada 30 dias	1.858	98
Banco Itaú	Highgrade - Renda Fixa 101,43% CDI ao ano	8.324	43.790
Banco Itaú	Automática 2% CDI ao dia	413	18.389
Banco do Brasil	RF LP Corporate - R.Fixa - 101% CDI ao ano	10.029	15.563
		25.446	81.248

Instituição	Remuneração	Consolidado	
		2025	2024

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO.									
7. Clientes									
	Controladora		Consolidado						
	2025	2024	2025	2024					
Clientes mercado interno	11.274	10.429	95.094	67.392					
Clientes mercado externo	1.009	676	1.009	676					
	12.283	11.105	96.103	68.068					
(-) Ajuste a valor presente	-	-	-	(150)					
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(664)	(747)					
	12.283	11.105	95.439	67.171					
Parcela circulante	12.283	11.105	95.439	65.859					
Parcela não circulante	-	-	-	1.312					
	Controladora		Consolidado						
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024					
Reais	11.274	10.429	95.094	67.392					
Dólar	1.009	676	1.009	676					
Total	12.283	11.105	96.103	68.068					
A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:									
(a) Controladora	2025		2024		(b) Consolidado	2025		2024	
Saldo no início do exercício	-	-	-	-	(747)	(635)			
Incorporação	-	-	-	-	-	-			
Adições	-	-	-	-	(12)	(136)			
Recuperações/realizações	-	-	-	-	95	24			
Saldo no final do exercício	-	-	-	-	(664)	(747)			
Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:									
(a) Controladora	2025		2024		(b) Consolidado	2025		2024	
A vencer	11.725	10.389	92.100	61.557	-	-			
Vencidos a:	-	-	-	-	-	-			
De 1 a 30 dias	456	692	2.698	5.240	-	-			
De 31 a 60 dias	-	-	191	455	-	-			
De 61 a 90 dias	79	-	264	16	-	-			
Acima de 91 dias	24	24	850	800	-	-			
Total	12.283	11.105	96.103	68.068					
8. Estoques									
	Controladora		Consolidado						
	2025	2024	2025	2024					
Produtos acabados	6.308	4.668	6.308	4.668					
Veículos automotores	-	-	200.897	273.866					
Peças e acessórios	-	-	39.926	35.350					
Materiais diretos	6.117	5.324	6.117	5.324					
Materiais armazenados	4.451	4.065	4.451	4.065					
	16.876	14.057	257.699	323.273					
Em 2024, a Controladora realizou aumento relevante na aquisição de caminhões, parte dos quais permaneceu em estoque ao final do exercício em razão da não concretização das vendas no período. Ao longo de 2025, esses veículos foram gradualmente comercializados, resultando na redução do saldo de estoques em comparação ao exercício anterior.									
9. Tributos a recuperar									
	Controladora		Consolidado						
	2025	2024	2025	2024					
ICMS a recuperar	10.662	10.627	40.092	57.872					
IRPJ a recuperar	3.217	3.029	3.453	3.153					
CSLL a recuperar	14	13	25	86					
PIS a recuperar	1.069	1.270	1.167	1.290					
COFINS a recuperar	3.759	4.956	4.216	5.059					
IPI a recuperar	207	204	207	218					
Outros	-	30	-	30					
	18.928	20.129	49.160	67.708					
Parcela circulante	13.934	15.386	44.166	62.965					
Parcela não circulante	4.994	4.743	4.994	4.743					
Os valores relativos à rubrica "ICMS a recuperar" na controladora e na controlada Nórdica Veículos S.A. na maioria são compostos pelo saldo credor na apuração do ICMS de dezembro de 2025. Os valores relativos à rubrica "Pis a recuperar" e "Cofins a recuperar", foram registrados a partir de decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2018, quando o Superior Tribunal de Justiça concluiu o julgamento do REsp nº 1.221.170/PR tal conceito de insumos foi ampliado e pacificado, porquanto recepcionado tanto pela Receita Federal do Brasil (RFB) quanto pela Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN). A controladora em 2022 procedeu com levantamento de créditos tributários relativos às estas contribuições dos últimos 5 anos.									
10. Precatórios a receber									
	Controladora		Consolidado						
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024					
Valor Original	29.687	29.687	29.687	29.687					
Correção Monetária	12.895	12.895	12.895	12.895					
Recbimentos	(6.427)	(1.843)	(6.427)	(1.843)					
Impairment (Provisão para Perdas)	(12.715)	(12.715)	(12.715)	(12.715)					
Total	23.240	27.824	23.240	27.824					
Os valores foram corrigidos pelos índices TR nos períodos de 12/2009 a 03/2015 e IPCA-E nos períodos de 03/2015 a 06/2021, conforme Resolução do CNJ nº 303 de 18/12/2019. Para o reconhecimento do Impairment, a Companhia avaliou deságio de 30%.									
11. Escrow venda de ativos									
	Controladora		Consolidado						
	2025	2024	2025	2024					
Guaíba Administração Florestal Ltda.	29.462	44.808	29.462	44.808					
	29.462	44.808	29.462	44.808					
Parcela circulante	7.962	7.962	7.962	7.962					
Parcela não circulante	21.500	36.846	21.500	36.846					
Valores a receber da empresa Guaíba Administração Florestal Ltda, empresa do Grupo CMPC do Chile, pela alienação do controle acionário da Guaçu Embalagens Industriais Ltda. O valor do Depósito em Garantia permanecerá em conta de aplicação em instituição financeira de primeira linha, conforme previsto contratualmente, e será mantido pelo prazo de 6 anos a partir do fechamento da transação em 12 de abril de 2022, com liberações parciais a cada semestre, como garantia para o pagamento integral e pontual de indenizações que se tornem devidas.									
12. Investimentos - controladora									
Os investimentos da controladora estão compostos, por participações em controladas, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, como segue:									
	Patrimônio investida		Resultado investida		Saldo investimentos		Equiva. patrimonial		
Investimento em 31.12.2025	469.154		97.718		469.154		97.718		
Nórdica Veículos S.A.	469.154		97.718		469.154		97.718		
Resultado de equivalência patrimonial									
Total de investimentos 31.12.2025					469.154		97.718		
	Patrimônio investida		Resultado investida		Saldo investimentos		Equiva. patrimonial		
Investimento em 31.12.2024	424.644		106.813		424.644		106.813		
Nórdica Veículos S.A.	424.644		106.813		424.644		106.813		
Resultado de equivalência patrimonial									
Centrais elétricas Salto Correntes Ltda			4,50%		8		-		
Total de investimentos 31.12.2024					424.652		106.813		
Mutação investimento									
			Nórdica Veículos S.A.		Total				
Saldo em 31.12.2023			343.199		343.199				
Dividendos			(20.168)		(20.168)				
Juros sobre capital próprio			(5.200)		(5.200)				
Equivalência patrimonial 31.12.2024			106.813		106.813				
Saldo em 31.12.2024			424.644		424.644				
Dividendos			(53.208)		(53.208)				
Juros sobre capital próprio			-		-				
Equivalência patrimonial 31.12.2025			97.718		97.718				
Saldo em 31.12.2025			469.154		469.154				
(a) Durante o ano de 2024 a companhia constituiu investimento na empresa Centrais Elétricas Salto Correntes Ltda, que representa 4,5% do capital social dessa sociedade. Em 2025, a companhia adquiriu o restante do capital social dessa companhia e incorporando a suas atividades. Os efeitos da incorporação estão detalhados na nota explicativa 30.									
13. Ativo biológico									
	Controladora		Consolidado						
	2025	2024	2025	2024					
Saldo inicial	149.976	136.407	149.976	136.407					
Adições	3.751	2.545	3.751	2.545					
Variação do valor justo (CPC 29)	15.637	22.611	15.637	22.611					
Cortes efetuados no exercício	(5.590)	(11.587)	(5.590)	(11.587)					
Saldo Final	163.774	149.976	163.774	149.976					
Os ativos biológicos da Companhia estão representados pelas florestas de pinus e eucalyptus em formação, destinadas ao fornecimento de madeira.									
A avaliação das florestas foi realizada através do método do "income approach", baseado no fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. Na determinação do valor justo dos ativos biológicos, as projeções estão baseadas em cenários projetivos os quais se baseiam na produtividade e área de plantio para um ciclo de corte entre 7 a 18 anos.									
O período dos fluxos de caixa é projetado de acordo com o ciclo de produtividade das áreas objeto de avaliação, produtividade média por m² de madeira de cada plantação por hectare na idade de corte.									
O preço líquido médio de venda foi projetado com base no preço estimado para pinus no mercado local, baseado em estudo de mercado e amostras de algumas pesquisas de transações, ajustado para refletir o preço da "madeira em pé" por região. O custo médio de manutenção das florestas estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de mato-compelição, combate às fêmeas e outras pragas, adubamento, manutenção de estradas, insumos e serviços de mão de obra. Foram também considerados os efeitos tributários com base nas alíquotas vigentes, considerando uma taxa média de desconto de 9,5% a.a.									
Quaisquer alterações nas premissas utilizadas poderão impactar em alteração do resultado do fluxo de caixa descontado, logo, na valorização ou desvalorização dos ativos biológicos.									
14. Imobilizado									
	Controladora		Consolidado						
	2025	2024	2025	2024					
Custo	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Terrenos e fazendas	Imobilizado em andamento	Outros	Total do ativo imobilizado	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.497	6.610	791	615	82.820	4.164	3.765	104.497	
Adições	378	1.061	41	1.606	-	9.088	3.765	15.939	
Transferências	312	3.501	339	-	-	(4.152)	-	(1.620)	
Depreciação	(452)	(1.021)	(87)	(60)	-	-	-	(1.620)	
Baixas (-)	(1.492)	(587)	(8)	(163)	(1.328)	(81)	-	(3.659)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.243	9.564	1.076	1.998	81.492	9.019	3.765	115.157	
Adições	2.373	8.383	1.572	111	471	(7.334)	-	5.576	
Transferências	-	3.765	-	-	-	-	(3.765)	(2.076)	
Depreciação	(427)	(1.389)	(166)	(93)	-	-	-	(2.076)	
Baixas (-)	-	-	-	(419)	(98)	-	-	(517)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.189	20.323	2.482	1.597	81.865	1.685	-	118.140	
Custo atribuído "deemed cost" e vida útil econômica - Imobilizado									
A Companhia e suas controladas procederam a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, atendendo em especial o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a Interpretação Técnica ICPC 10.									
Em 2010, na adoção inicial deste pronunciamento a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por consultoria especializada.									
Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação									
O valor da depreciação é determinado de forma linear considerando as vidas úteis remanescentes e os valores residuais de cada item do ativo imobilizado. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu a vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo:									
<ul style="list-style-type: none"> • Políticas de renovação e manutenção dos ativos; • Experiência da Companhia com ativos semelhantes; • Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes; • Inventários físicos de todas as unidades avaliadas; • Informações contábeis e controle patrimonial; • Especificações técnicas e evolução tecnológica; e • Estado de conservação dos bens. 									
Durante o exercício de 2025, a Companhia utilizou vidas úteis médias de 40 anos para edificações e benfeitorias, 25 anos para máquinas e equipamentos, 10 anos para móveis e utensílios e 9 anos para veículos.									
O ativo imobilizado da Companhia está integralmente estabelecido no Brasil e é empregado, exclusivamente nas operações relacionadas à sua atividade comercial e industrial, estando livre de ônus e/ou garantias.									
O valor contábil dos ativos imobilizados não supera seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos ao teste de "impairment", conforme determinado pelo CPC nº 01 (Valor Recuperável dos Ativos).									
15. Direito de Uso e Passivo de Arrendamento (Consolidado)									
a) Direito de uso									
	Controladora		Consolidado						
	2025	2024	2025	2024					
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.092	1.092	1.092	1.092					
Adições	1.197	1.197	1.197	1.197					
Baixas	(2.044)	(2.044)	(2.044)	(2.044)					
Depreciações	(1.375)	(1.375)	(1.375)	(1.375)					
Baixa de depreciações	2.044	2.044	2.044	2.044					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	914	914	914	914					
Saldo em 1º de janeiro de 2025	914	914	914	914					
Adições	3.019	3.019	3.019	3.019					
Baixas	(1.898)	(1.898)	(1.898)	(1.898)					
Depreciações	(1.489)	(1.489)	(1.489)	(1.489)					
Baixa de depreciações	1.898	1.898	1.898	1.898					
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.444	2.444	2.444	2.444					
(b) Passivo de Arrendamento									
	Controladora		Consolidado						
	2025	2024	2025	2024					
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.215	1.159	1.215	1.159					
Adições	1.339	(3)	1.339	(3)					
Baixas	(1.618)	47	(1.618)	(1.571)					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	936	(12)	936	924					
Parcela classificada no circulante	936	(12)	936	924					
Parcela classificada no não circulante	-	-	-	-					
Saldo em 1º de janeiro de 2025	936	(12)	936	924					
Adições	3.760	(240)	3.760	(240)					
Baixas	(2.084)	111	(2.084)	(1.973)					
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.612	(141)	2.612	2.471					
Parcela classificada no circulante	1.487	(104)	1.487	1.383					
Parcela classificada no não circulante	1.125	(37)	1.125	1.088					
16. Ativo Intangível									
O ativo intangível está composto, substancialmente, por softwares, líquidos das respectivas amortizações acumuladas, calculadas com base em uma vida útil estimada de 05 anos para os aplicativos e 15 anos para o ERP. O valor contábil dos ativos intangíveis não supera seus prováveis valores de recuperação. As aquisições realizadas no exercício de 2025 referem-se a licenças de software e totalizaram o valor de R\$ 310.									
17. Fornecedores e contas a pagar									
	Controladora		Consolidado						
	2025	2024	2025	2024					
Fornecedores mercado interno	5.719	9.203	111.572	163.939					

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Remuneração dos administradores				
a) Controladora				
Sua 85ª assembleia geral ordinária, do dia 10 de abril de 2025, fixou a remuneração anual e global do conselho de administração e da diretoria para um ano 2025/2026, em R\$ 2.178, direcionados aos 05 (cinco) conselheiros e 02 (dois) diretores estatutários.				
A Companhia não oferece benefícios variáveis ou benefícios de longo prazo aos administradores.				
b) Controlada				
Aos acionistas é assegurada, anualmente, conforme estabelecido no Estatuto da Companhia, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, à razão de 25%, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. No ano de 2025 o montante distribuído de dividendos foi R\$ 33.096 (R\$ 25.368 em 2024).				
21. IRPJ e CSLL sobre o lucro				
(a) Reconciliação da alíquota efetiva				
A reconciliação dos tributos apurados conforme as alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados nos exercícios de 2025 e 2024 estão apresentados a seguir:				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado do exercício antes dos tributos	154.823	151.013	154.823	151.013
Impostos às alíquotas nominais (34%)	(52.640)	(51.344)	(52.640)	(51.344)
Adições permanentes:				
Equivalência patrimonial	33.224	36.316	33.224	36.316
Doações, brindes e multas não dedutíveis	(417)	(51)	(417)	(51)
Outros itens, líquidos	4.361	(2.284)	4.361	(2.284)
Impostos registrados no resultado	(15.472)	(17.363)	(15.472)	(17.363)
Correntes	(6.168)	(9.714)	(6.168)	(9.714)
Diferidos	(9.303)	(7.649)	(9.303)	(7.649)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	9,99%	11,50%	9,99%	11,50%
(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Tributos diferidos ativos:				
Provisão para litígios e outros	(10.162)	(16.153)	(10.371)	(16.365)
Tributos diferidos passivos:				
Ativo biológico - valor justo	45.708	42.078	45.708	42.078
Imobilizado - deemed cost	28.591	28.836	41.995	42.197
Revisão da vida útil (Lei nº 11.638/08)	1.184	1.257	1.184	1.257
Total passivo não circulante	65.321	56.018	78.516	69.167
Em 01/01/2010 as empresas do grupo avaliaram o ativo imobilizado e as florestas ao valor justo bem como efetuou a revisão das estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado. Sobre os ajustes efetuados no patrimônio líquido foram reconhecidos o IRPJ e a CSLL diferidos decorrentes das diferenças temporárias, cuja realização ocorre de acordo com a realização desses ativos por depreciação, baixa ou venda.				
22. Provisão para litígios				
A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas e cíveis, os quais se encontram em instâncias diversas. As provisões para litígios, constituídas para fazer face os potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na opinião de seus assessores jurídicos.				
Os saldos das provisões para litígios, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser apresentados da seguinte forma:				
	Controladora		Consolidado	
	Tributárias	Cível	Trabalhista	Escrow
Saldos em 31 de dezembro de 2023	575	10	90	56.907
(+) Complemento de provisão	-	1.700	1.000	-
(-) Reversão/baixa de provisão	(575)	(10)	(90)	(12.099)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	1.700	1.000	44.808
(+) Complemento de provisão	-	-	424	-
(-) Reversão/baixa de provisão	-	(1.700)	(1.000)	(15.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	-	424	29.462
	Consolidado		Escrow	
	Tributárias	Cível	Trabalhista	Escrow
Saldos em 31 de dezembro de 2023	683	94	393	56.907
(+) Complemento de provisão	-	1.700	1.180	-
(-) Reversão/baixa de provisão	(683)	(94)	(90)	(12.099)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	1.700	1.483	44.808
(+) Complemento de provisão	-	521	427	-
(-) Reversão/baixa de provisão	-	(1.732)	(1.350)	(15.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	489	560	30.511
A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos trabalhistas, cíveis e tributários surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da administração e de seus assessores jurídicos, têm expectativa de perda classificada como possível, em montante de aproximadamente R\$ 10.736 (R\$ 4.242 em 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída para fazer face ao eventual desfecho desfavorável. Cabe ressaltar que tais valores têm cunho apenas informativo. Ao menos uma vez ao ano a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar a situação dos processos e, mensalmente, o departamento jurídico realiza as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.				
Além disso, a Companhia e suas controladas são partes em alguns processos de usucapião, todos considerados pelos seus assessores jurídicos como de êxito provável. Adicionalmente, em razão da pretensão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação Cultural Palmares de declarar como terras remanescentes de quilombos alguns imóveis rurais da Companhia foi ajuizada ação declaratória de não aplicação do art. 68 do ADCT aos imóveis, a qual ainda se encontra em discussão.				
O valor da ESCROW se refere a provisão para eventuais responsabilidades que possam surgir por ocasião da alienação do controle da IGUAÇU. Prazo da retenção 6 anos, com liberações parciais a cada semestre (Nota 11).				
23. Outras obrigações				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Venda a entrega futura	1.745	1.790	1.746	1.790
Ribeiro & Kuster Advogados	-	471	-	471
Cesc Coligada	-	8	-	8
Seguros	5	5	5	5
Outros	5	11	7	29
Total	1.755	2.285	1.757	2.303
24. Patrimônio líquido				
a) Capital social				
O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é R\$ 530.000.000 (Quinhentos e trinta milhões de reais) em 31 de dezembro 2024 era R\$ 270.000.000,00 (Duzentos e setenta milhões de reais), divididos em 291.473.918 (duzentos e noventa e um milhões, quatrocentos e setenta e três mil, novecentos e dezoito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.				
Em 2025 foi aprovado o aumento de Capital Social através da incorporação das Reservas de retenção de lucros no valor de R\$ 223.042, da Reserva Legal no valor de R\$ 24.140, e da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 12.817, passando a totalizar R\$ 530.000 conforme está redigido no art. 5º do Estatuto Social da Companhia.				
b) Reserva de capital				
A reserva de capital refere-se à correção monetária do capital social realizada até 31 de dezembro de 1995, da empresa Imaribo Consultoria, Participações e Empreendimentos Ltda., incorporada pela Imaribo S.A Indústria e Comércio em 30 de abril de 2015.				
c) Reserva de lucros				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Reserva legal	5.779	22.952	5.779	22.952
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	12.818
Reserva de ativos biológicos	88.728	81.680	88.728	81.680
Reserva de lucros a realizar	63.685	328.989	63.685	328.989
Total	158.192	446.439	158.192	446.439
Parte da reserva de lucros é composta também pelo montante de R\$ 12.808 em 2024 relativo às reservas de Incentivos Fiscais, as quais pertencem a Nórdica Veículos S.A, e referem-se basicamente aos incentivos da Lei Complementar 160/17. A subvenção recebida refere-se a incentivos fiscais de ICMS sobre redução da base de cálculo de veículos seminovos. Tais valores transitaram pelo resultado do exercício e foi segregado no patrimônio líquido, em razão da vedação de sua distribuição. Em 2025 essa reserva foi incorporada ao capital social da companhia.				
d) Ajuste de avaliação patrimonial				
Saldo em 31 de dezembro de 2023				
(+) Custo atribuído reflexo recebido do aumento participação em controlada	78.923			
(-) Tributos diferidos sobre custo atribuído reflexo recebido do aumento participação em controlada	(438)			
(-) Realização do custo atribuído	149			
(+) Realização diferido sobre custo atribuído	(2.925)			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	76.704			
(+) Custo atribuído reflexo da alienação de participação em controlada	(335)			
(-) Tributos diferidos sobre custo atribuído reflexo da alienação de participação em controlada	114			
(-) Realização do custo atribuído	(721)			
(+) Realização diferido sobre custo atribuído	245			
Saldo em 31 de dezembro de 2025	76.007			
A Companhia fez a opção de ajustar os saldos contábeis líquidos do imobilizado a valores justos (idem em suas coligadas/controladas), com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. A contrapartida foi registrada na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial.				
25. Receita líquida				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita Operacional Bruta				
Venda de madeira a terceiros	91.708	95.384	91.708	95.384
Venda de madeira exportações	44.939	47.550	44.939	47.550
Vendas de mercadorias	-	-	1.580.599	1.824.441
Serviços prestados	-	4	41.864	38.354
Comissões e corretagens	-	-	19.353	11.990
Deduções				
Impostos	(6.724)	(7.073)	(174.860)	(208.853)
Devoluções	(1.587)	(1.875)	(21.322)	(14.253)
Receita Operacional Líquida	128.336	133.990	1.562.281	1.792.613
26. Composição dos gastos operacionais				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos Produtos Vendidos				
Materia-prima e insumos	64.011	61.270	1.319.283	1.522.822
Mão-de-obra direta	17.895	15.835	35.857	30.429
Serviços contratados	15.489	11.757	17.599	13.639
Insumos energéticos	4.271	4.744	4.271	4.744
Depreciação/Amortização/exaustão	7.788	12.897	7.788	12.897
Outros custos fixos	6.885	5.702	19.798	15.140
Total	116.339	112.205	1.404.596	1.599.671
Despesas Administrativas				
Pessoal	6.997	8.353	55.521	54.867
Serviços contratados	1.438	2.881	7.532	7.641
Depreciações	181	258	3.788	4.156
Energia elétrica	167	172	1.163	1.238
Telecomunicações	48	61	166	279
Impostos	1.523	1.429	2.425	1.621
Outros	2.017	1.223	16.893	14.741
Total	12.369	14.377	87.288	84.543
Despesas comerciais				
Pessoal	915	922	915	922
Depreciações	56	52	56	52
Frete (mercado interno)	-	-	686	556
Comissões (mercado interno)	238	315	238	315
Serviços contratados (mercado interno)	53	98	53	98
Frete (mercado externo)	5.541	5.181	5.541	5.181
Comissões (mercado externo)	359	396	359	396
Impostos	-	1	-	1
Outros	122	44	13.717	8.337
Total	7.285	7.009	21.566	15.858
27. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras receitas	38.428	22.233	109.690	81.007
Recuperação de despesas	-	-	5.739	1.499
Bonificação por meta atingida	-	-	55.296	54.744
Venda sucata óleo	-	-	1.420	1.550
Recuperação de impostos - créditos tributários	-	-	5.081	-
Réceitas com alugueis	635	668	635	668
Reversão provisões contingências	18.046	12.774	18.394	12.965
Reversão pcid	-	-	100	24
Outras receitas	11.819	8.791	15.097	9.557
Resultado Alienação ativo permanente	7.928	-	7.928	-
Outras despesas	801	7.607	7.524	15.049
Resultado alienação ativo	-	3.275	-	3.275
Provisão contingências	424	2.700	913	2.880
Pis/cofins s/ outras receitas	125	324	6.025	5.610
Outras despesas	252	1.308	586	1.439
Despesas plano de manutenção	-	-	-	1.845
Outras receitas/ despesas	37.627	14.626	102.166	65.958
Os montantes registrados na rubrica "Recuperação de impostos - créditos tributários" em 2024 na controladora correspondem ao levantamento extemporâneo de créditos dos últimos cinco anos (Nota 9).				
Os valores contabilizados na rubrica "Bonificação por meta atingida" no consolidado representam as bonificações pagas pelo fabricante dos veículos vendidos pela Controlada Nórdica Veículos, de acordo com o alcance das metas de venda estabelecidas.				
A rubrica "Recuperação de despesas" no consolidado engloba diversas recuperações de despesas suportadas pela Nórdica em 2025, destacando-se, principalmente, os subsídios provenientes da Volvo em iniciativas comerciais apoiadas pela Nórdica.				
Os valores registrados na rubrica "Reversão de provisões contingências" incluem a reversão de escrow no montante de R\$ 15.346, que é revertido de acordo com a liberação e eventuais responsabilidades que possam surgir por ocasião da alienação do controle da Iguazu Celulose. Outras reversões dizem respeito a provisões tributárias, cíveis e trabalhistas, conforme detalhado na Nota 22.				
A rubrica resultado com a alienação de ativo permanente, se refere a venda de propriedades rurais e urbanas totalizando o valor de R\$ 7.928, já deduzido o residual contábil.				
28. Resultado financeiro líquido				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas Financeiras				
Despesas de tarifas bancárias	(21)	(31)	(1.864)	(2.067)
Variações cambiais e monetárias	(552)	(343)	(552)	(343)
Juros sobre tributos	(7)	(136)	(96)	(496)
Tributos sobre Operações Financeiras	(808)	(825)	(1.928)	(1.685)
Descontos concedidos	(260)	(95)	(342)	(114)
Outras despesas financeiras	(6)	(25)	(68)	(129)
Total	(1.454)	(1.455)	(4.850)	(4,834)
Receitas Financeiras				
Receitas e rendimentos aplicação financeiras	7.149	4.396	32.632	18.970
Variações cambiais e monetárias	183	2.414	216	2.525
Juros sobre duplicatas	345	335	3.154	1.710
Descontos auferidos	187	187	197	240
Ajuste a Valor presente	-	-	151	1.466
Outras Receitas financeiras	5.089	687	5.200	731
Total	12.953	8.019	41.550	25,642
Resultado Financeiro Líquido	11,499	6,564	36,700	20,808
Quanto aos valores contabilizados na rubrica "Outras Receitas Financeiras" estão predominantemente associadas as atualizações de créditos tributários sendo R\$ 4.608 referente exclusão do ICMS da base PIS/COFINS apurado em 2025 e os demais valores se referem a atualizações mensais de saldos negativos de IRPJ/CSLL.				
29. Instrumentos financeiros				
Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, foi necessário considerável interpretação e julgamento, por parte da Companhia, para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de mercado estimados.				
A administração dos instrumentos financeiros segue a política financeira da Companhia e suas controladas, sendo efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, minimização de exposição cambial, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.				
a) Gerenciamento de riscos				
Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como:				
• Risco de crédito				
Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada.				
• Risco cambial				
A Companhia possui os seguintes ativos e passivos em moeda estrangeira (dólar norte americano e euro), os quais podem afetar o resultado da mesma pela variação da taxa de câmbio - os saldos em moeda estrangeira são apresentados abaixo convertido para reais:				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Clientes exterior	1.009	676	1.009	676
Importação em andamento	562	213	562	213
Valor exposição líquida	1.571	889	1.571	889
b) Composição de saldos				
Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, estão identificados a seguir:				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	48	46	65	65
Aplicações financeiras	25.446	25.446	213.570	213.570
Clientes	12.283	12.283	95.439	95.439
Dividendos e JCP a receber	23.206	23.206	-	-
Precatórios a receber	23.240	23.240	23.240	23.240
Escrow venda de ativos	29.462	29.462	29.462	29.462
Fornecedores e contas a pagar	(5.7			

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO.				RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
Ativo		Passivo		<p>Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalvas.</p> <p>Outros assuntos - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2024 apresentadas comparativamente, foram por nós auditadas, conforme Relatório do Auditor Independente emitido em 28 de fevereiro de 2025, sem ressalvas. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>			
Circulante		Não Circulante					
Caixa e Equivalentes	132	Receitas Diferidas	589				
Aplicações Financeiras	5.780		589				
	5.912						
Não Circulante		Patrimônio Líquido					
Tributos a Restituir	18	Capital Social	180				
Imobilizado	2.202	Lucros Acumulados	7.363				
	2.220		7.543				
Total Ativo	8.132	Total Passivo	8.132				
31. Seguros (Não Auditado)							
a) Controladas							
Na Nórdica Veículos S.A. os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, cujos montantes segurados apresentam-se da seguinte forma:							
Descrição	Cobertura	Valor	Vigência				
Patrimonial	Prédio, raio e explosão	15.000	31/mar/25	31/mar/26			
	Danos Elétricos	100	31/mar/25	31/mar/26			
	Bens de Terceiros em poder segurado	500	31/mar/25	31/mar/26			
	Equipamentos Eletrônicos	50	31/mar/25	31/mar/26			
	Riscos Diversos Concess de Veículos	1.500	31/mar/25	31/mar/26			
	Vendaval, Granizo, Impacto de Veículos	3.000	31/mar/25	31/mar/26			
	Impacto de Veículos Terrestres	1.000	31/mar/25	31/mar/26			
	Alagamento/Inundação	100	31/mar/25	31/mar/26			
	Roubo e/ou Furto Qualificado	2.000	31/mar/25	31/mar/26			
	Equip. em Exposição ou Demonstração	320	31/mar/25	31/mar/26			
	Quebra de vidros	25	31/mar/25	31/mar/26			
	Anúncios luminosos	80	31/mar/25	31/mar/26			
	Respons. Civil - Danos ao Veículo	640	31/mar/25	31/mar/26			
	Respons. Civil - Danos causados ao Veículo	640	31/mar/25	31/mar/26			
	Responsabilidade Civil Operações da Conces. Veículos	700	31/mar/25	31/mar/26			
	Veículos	Casco	100% FIPE	31/mar/25	31/mar/26		
		Danos Materiais	250	31/mar/25	31/mar/26		
Danos Corporais		250	31/mar/25	31/mar/26			
Danos Morais/Estéticos		50	31/mar/25	31/mar/26			
Carroceria		36	31/mar/25	31/mar/26			
App		5	31/mar/25	31/mar/26			
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS							
Aos Administradores e Acionistas da							
IMARIBO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO							
Curitiba - PR							
Examinamos as demonstrações individuais da IMARIBO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações consolidadas da IMARIBO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IMARIBO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO (Companhia) e da IMARIBO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO e suas controladas (Consolidado) em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas".							
		Curitiba (PR), 27 de fevereiro de 2026.					
		FABIO EDUARDO LORENZON Contador CRC (SC) nº 026.215/O-6 MARTINELLI AUDITORES CRC (SC) nº 001.132/O-9					
CONTADOR							
MARCELO RYBA							
Imaribo S.A. Indústria e Comércio							
Contador - CRC - PR Nº 050835/O-3							

Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: <https://sdocs.safeweb.com.br/porta/validador?publicid=7580fe57-caeb-40f6-b77d-a0c21a8dde4>



Nórdica Veículos S.A.

CNPJ nº 77.997.187/0001-74

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas - Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO** - O setor de caminhões enfrentou um ano turbulento, que tinha tudo para ser promissor, após alta de 16,8% em nosso volume de vendas em 2024, mas enfrentou desaceleração nas vendas de 2025 por conta de incertezas locais e instabilidades globais. Isso refletiu em uma leve queda no volume total das vendas de caminhões pesados e semipesados de 5,8% em 2025, em relação ao ano anterior. Entre os fatores internos que dificultaram a troca de frota dos nossos potenciais clientes, sobretudo para o segmento de caminhões pesados, podemos elencar a taxa de juros elevada e retração de incentivos fiscais do governo, que tiveram impacto negativo na renovação de frota. A instabilidade global, impactando diretamente nos produtores e exportadores, tiveram consequências nas ações a curto prazo, levando clientes locais a segurarem investimento em caminhões pesados. Mas a crise não afetou somente a nossa região de atuação, pois segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a indústria brasileira do setor de caminhões encerrou o ano de 2025 com produção 12% menor, quando comparado a 2024. Somente em dezembro de 2025, o Governo Federal publicou uma Medida Provisória autorizando a destinação de recursos para as linhas de crédito voltadas à renovação da frota. Por meio de portaria, o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) definiu os critérios para concessão de financiamentos com taxas de juros subsidiadas. Apesar da queda específica no segmento de caminhões, o desempenho geral em 2025 não pode ser classificado como ruim para a companhia, diante de tantas adversidades. Novamente o caminhão semipesado se destacou nas vendas, e conseguimos atingir a marca de 8,9% de crescimento no volume total das vendas de semipesados em 2025, quando comparado ao ano anterior. Em um ano de crédito restrito, o segmento intermediário não apenas resistiu à crise, como atingiu seu maior volume de vendas dos últimos anos. A frota de médios estava mais envelhecida em comparação aos pesados, renovados recentemente com a chegada do Euro 6, favorecendo o movimento de troca neste ano. O setor de ônibus, que mostrava sinais fortes de recuperação na região de atuação da companhia, com um crescimento expressivo de 344,4% nas vendas em 2024, teve uma retração já esperada de 67,5% em 2025, fruto da sazonalidade de renovação de frota. Nas vendas de serviços conseguimos crescer 15,7% em 2025, quando comparado a 2024, reflexo de investimentos com incremento de mão de obra, treinamento especializado, tecnologia, eficiência operacional e foco na conexão e experiência personalizada aos nossos clientes. Em Peças, o ritmo não acompanhou o ano de 2024, no entanto conseguimos manter o patamar de vendas, com uma irrelevante redução de 0,1%, grande parte impactada pela dinâmica do mercado de peças para ônibus. No final do primeiro semestre de 2025, já era possível perceber a trajetória que o mercado estava tomando, com tendência à estagnação nas vendas, pois os negócios com

veículos estão condicionados a uma dinâmica de investimentos complexa, dada à volatilidade atual em segmentos como agronegócios, cames, construções e indústria, no entanto, um pequeno aquecimento no final do ano não foi suficiente para amenizar a queda e recuperar a performance de 2024, ocasionando impacto direto nos resultados. Buscamos por equilíbrio e maturidade nos negócios, diante do cenário que se apresentava, onde o mercado não reagiu por conta da restrição de crédito, então tomamos a decisão de não sacrificar tanto as margens e a rentabilidade. Essa evolução no enfrentamento da crise, garantiu os resultados. O decréscimo do faturamento líquido de 13,5% em 2025 quando comparado a 2024, não impactou significativamente no lucro líquido, que apresentou melhoras em 2025, fechando em 6,81% sobre a receita líquida, quando comparado aos 6,44% de 2024. A estratégia de negócios foi amplamente disseminada na organização e evoluiu para uma análise mais criteriosa nas margens, despesas e investimentos, focando na real necessidade e valor, muito importante para o momento dos negócios. A gestão mais próxima da Direção com as Lideranças de áreas, todos focados nas estratégias para superação das adversidades, foi importante para a manutenção dos lucros e resultados. Por outro lado, despesas gerais e administrativas, que em 2024 perfaziam 4,8% da receita operacional líquida, com a queda no faturamento, passaram a representar 6,02% em 2025, o que requer cautela e implementação de medidas de otimização. A dedicação e a eficiência dos nossos colaboradores, atentos à satisfação dos nossos clientes, acionistas, colaboradores, parceiros e comunidades, melhorando o desempenho da companhia, foram fundamentais para o enfrentamento da crise e resiliência diante das instabilidades do mercado e busca da manutenção dos resultados do negócio. **Agradecimentos** - A Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, fornecedores, representantes, instituições financeiras, órgãos governamentais, acionistas e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação. **Declaração da Diretoria** - Em atendimento às disposições legais pertinentes, a Diretoria declara que revisou e concordou com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o qual foi aprovado em Reunião de Diretoria de 05 de março de 2026.

Curitiba, 05 de março de 2026.
A ADMINISTRAÇÃO
NÓRDICA VEÍCULOS S/A
CNPJ 77.997.187/0001-74
Curitiba-PR

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

Ativo	NOTA	2025	2024	Passivo	NOTA	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	17	35	Fornecedores	13	105.854	154.736
Aplicações Financeiras	6	188.124	135.249	Obrigações Trabalhistas e Sociais	14	6.975	6.740
Contas a Receber de Clientes	7	83.156	54.753	Obrigações Tributárias	15	1.713	1.290
Estoques	8	240.823	309.216	IRPJ / CSLL Correntes		9.786	10.211
Impostos a Recuperar	9	30.232	47.580	Adiantamentos de Clientes		903	1.302
Adiantamentos Concedidos	10	1.425	754	Dividendos e JCP		23.208	20.168
Despesas Antecipadas		61	40	Passivo de Arrendamento	12b	1.383	924
		543.838	547.627	Demais Contas a Pagar		2	16
						149.804	195.389
Não Circulante				Não Circulante			
Direitos Realizáveis				Tributos Diferidos	16b	13.198	13.150
Contas a Receber de Clientes	7	0	1.312	Passivos Litigiosos	17	625	483
Outros Direitos Realizáveis		99	289	Passivo de Arrendamento	12b	1.088	-
		99	1.601			14.909	13.633
Imobilizado	11	87.486	83.515	Patrimônio Líquido			
Direito de Uso	12a	2.444	914	Capital Social	18a	290.000	170.000
Intangível		1	10	Reservas de Capital	18b	5.981	5.981
		89.931	84.439	Reservas de Lucros	18b	152.665	227.933
				Ajustes de Avaliação Patrimonial	18d	20.509	20.731
Total do Ativo		633.868	633.667	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		633.868	633.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	NOTA	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	1.433.945	1.658.623
CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS	20	(1.288.257)	(1.487.466)
LUCRO BRUTO		145.688	171.157
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas Gerais e Administrativas	21	(86.292)	(76.265)
Remuneração dos Administradores	22	(2.906)	(2.750)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	23	64.539	51.332
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			
E TRIBUTOS		121.027	143.474
Despesas Financeiras	24	(3.396)	(3.379)
Receitas Financeiras	24	28.598	17.623
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO		146.229	157.718
IR e CS Corrente	16a	(48.465)	(50.668)
IR e CS Diferido	16a	(46)	(237)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		97.718	106.813
LUCRO POR AÇÃO		21,90	23,94

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	97.718	106.813
Outros Resultados Abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	97.718	106.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucros Antes do IR e CS	146.229	157.718
Ajustes por:		
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(83)	112
Ajuste a Valor Presente Contas a Receber	(151)	(682)
Provisão p/ Contingências	141	(11)
Depreciação e Amortização	2.511	2.523
Direito de Uso - Baixa e Depreciação	1.489	1.375
Ajuste a Valor Presente Arrendamento Mercantil	111	44
Lucro Ajustado	150.247	161.079
IR e CS Correntes Pagos (Aumento)/Diminuição dos Ativos:		
Contas a Receber de Clientes	(26.857)	19.363
Estoques	68.393	(139.574)
Impostos a Recuperar	17.348	(15.946)
Despesas do Exercício Seguinte	(21)	158
Outros Ativos	(481)	6.946
Aumento/(Diminuição) dos Passivos:		
Fornecedores	(48.882)	46.712
Obrigações Trabalhistas, Provisões e Dividendos s/ JCP	3.275	6.761
Obrigações Tributárias	423	(2.627)
Outros Passivos	(414)	(1.664)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	114.121	28.776
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de Imobilizado, Intangível	(6.473)	(6.977)
Aplicações Financeiras	(52.875)	4.441
Alienação do Imobilizado	-	514
Alienação de Investimentos	-	10
Adição de Direito de Uso	(3.019)	(1.197)
Baixa de Direito de Uso	-	-
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(62.367)	(3.209)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento/(Diminuição) do Passivo de Arrendamento	1.436	(279)
Distribuição de Dividendos e Juros Capital Próprio	(53.208)	(25.368)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	(51.772)	(25.647)
(DIMINUIÇÃO/AUMENTO) LÍQ. CAIXA E EQUIVAL. DE CAIXA	(18)	(80)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	35	115
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	17	35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)

	Reservas de Capital		Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Social	Especial de Ágio	Legal	Estatutária	Retenção de Lucros			
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	94.502	5.981	18.900	36.430	153.559	12.808	21.020	343.200
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	106.813	106.813
Aumento de Capital Social	75.498	-	-	-	(75.498)	-	-	-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	-	-	(438)	-
Tributos Diferidos s/ Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	-	-	149	-
Destinações Propostas do Exercício:								
- Reserva Legal	-	-	5.341	-	-	-	(5.341)	-
- Reserva para Investimento e Capital de Giro	-	-	-	10.682	-	-	(10.682)	-
- Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	(20.168)	(20.168)
- Dividendos Antecipados e JCP	-	-	-	-	-	-	(5.200)	(5.200)
- Reserva de Lucros a Disposição dos Acionistas	-	-	-	-	65.711	-	(65.711)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	170.000	5.981	24.241	47.112	143.772	12.808	20.731	424.645
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	97.718	97.718
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	(30.000)	-	-	(30.000)
Aumento de Capital Social	120.000	-	(20.000)	(40.000)	(60.000)	-	-	-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	-	-	(336)	-
Tributos Diferidos s/ Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	-	-	114	-
Destinações Propostas do Exercício:								
- Reserva Legal	-	-	4.886	-	-	-	(4.886)	-
- Reserva para Investimento e Capital de Giro	-	-	-	9.772	-	-	(9.772)	-
- Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	(23.208)	(23.208)
- Reserva de Lucros a Disposição dos Acionistas	-	-	-	-	60.074	-	(60.074)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	290.000	5.981	9.127	16.884	113.846	12.808	20.509	469.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Nórdica Veículos S.A. é uma companhia por ações, de capital fechado, está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 77.997.187/0001-74. A Companhia tem sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Alfred Nobel, 795, Cidade Industrial de Curitiba - CC, CEP: 81170-280, com filiais em: Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Marumelê, Ponta Grossa, Telmaco Borba e União da Vitória, tem por objeto: (a) comércio de veículos automotores em geral, peças e acessórios e a exploração de oficina de reparos e consertos de veículos automotores; (b) importação e exportação de veículos automotores, peças e acessórios em geral; (c) participação em outras sociedades como cotista ou acionista; (d) a locação de veículos automotores; (e) aquisição de salvados, desmanche e comércio de peças usadas e recondiçionadas em geral; (f) serviço de recauchutagem de pneus a frio.
A Companhia firmou em 27 de dezembro de 1990 o Contrato de Concessão Comercial junto a Volvo do Brasil Motores e Veículos S.A., por tempo indeterminado, objetivando a concessão de direitos e privilégios de promover a comercialização de chassis de caminhões, ônibus, peças, unidades de troca e acessórios, fabricados ou fornecidos pela Volvo, prestar assistência a esses produtos inclusive mediante atendimento em garantia, bem como utilizar, para diferenciar as suas instalações, as diversas marcas comerciais, emblemas, logotipos e sinais da Volvo. O contrato entre as partes determina a área de concessão demarcada para atuação da Nórdica Veículos.
A Companhia ao longo do Contrato de Concessão Comercial vem atendendo satisfatoriamente às exigências e obrigações impostas pela Concedente relativas às vendas, recursos financeiros, dependências, contabilidade, padrões éticos, instalações, oficinas, ferramentas, pessoal, departamentos, estoques e administração geral.

2. Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.
As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão pela administração

em 27 de fevereiro de 2026.

3. Principais práticas contábeis
As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras anuais estão definidas abaixo:

3.1 Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, qual seja, o Real (R\$).

3.2 Reconhecimento de receita
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:
Venda de produtos
A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.
Receita de serviços
A receita de serviços de reparos e consertos (oficina) e serviços de corretagem, é reconhecida à medida que o serviço é prestado.
Receita de comissões
A receita de comissões é auferida mediante vendas diretas pela montadora na área de atuação da Companhia e é reconhecida à medida que as vendas são realizadas.
Receita de juros

Continua...

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 26/03/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do JORNAL POLO BRASIL, aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.4 Contas a receber de clientes e créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de veículos, peças ou prestação de serviço no decurso normal das atividades da Companhia. Estão registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando contratadas.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 7.

3.5 Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos de aquisição e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 8.

3.6 Partes relacionadas

Consiste na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições contratuais de cada transação.

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada no passivo, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

3.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento incorridos durante a construção de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fossem compras financiadas, reconhecendo um ativo imobilizado e um passivo de financiamento no início de cada operação, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, em taxas descritas na nota explicativa nº 11.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos / (perdas) líquidos" na demonstração do resultado.

O valor contábil do Ativo Imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e é submetido ao teste de recuperação ao menos anualmente, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico - CPC nº 01 - Valor Recuperável dos Ativos.

3.8 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado do ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, intangíveis ou outros ativos não financeiros poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia utiliza a variação da taxa de Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

3.10 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contraídos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.11 Contas a Pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente.

3.12 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

3.13 Tributação**Impostos sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e,
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas, e o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto	Alíquota
Imposto sobre a circulação de mercadorias - ICMS	12,00%
Programa de integração social - PIS	1,65%
Contribuição para a seguridade social - COFINS	7,80%
Imposto sobre serviços - ISS	5,00%

Esses encargos são demonstrados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante e no passivo ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.14 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. Não há ações preferenciais na composição do capital da Companhia.

3.15 Juros sobre o capital próprio

Foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitando o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado.

3.16 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.17 Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**I) Ativos financeiros**

A companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

II) Redução do valor recuperação de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa

futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

III) Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

3.18 Arrendamento mercantil**a. Direito de Uso**

O custo do ativo de direito de uso corresponde ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais os custos diretos iniciais incorridos, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

A depreciação é calculada pelo método linear desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento.

b. Passivo de arrendamento

A mensuração das operações de arrendamentos corresponde ao total dos pagamentos futuros de alugueis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a Companhia. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de empréstimo incremental.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa de empréstimo incremental, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Impostos

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais na jurisdição em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puderem ser obtidos de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos - tributários, civis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa

Bancos

2025 2024

17 22

0 13

17 35

6. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro, o saldo de aplicações apresenta a seguinte composição:

Instituição Remuneração 2025 2024

Banco Bradesco InvestPlus - até 99,25% CDI ao mês 63 238

Banco do Brasil Automática Rende Fácil - 10% CDI 52 0

Banco Itaú Automática - 2% CDI ao dia 712 1.109

Banco Itaú Compromissada - 94% CDI ao mês 2.201 39.153

Banco Itaú CDB - 102% CDI 0 40.203

Banco Itaú Letras Financeiras - 102% DI 103.831 4.576

Banco Itaú High Grade Fundo Inv. - 101,43% CDI 81.235 49.970

188.124 135.249

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata.

7. Contas a receber de clientes

2025 2024

Contas a Receber - Clientes 83.820 56.963

(-) Ajuste a Valor Presente - (151)

(-) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa (664) (747)

83.156 56.065

Contas a Receber - Clientes - Curto Prazo 83.156 54.753

Contas a Receber - Clientes - Longo Prazo 0 1.312

83.156 56.065

Reais - R\$ 2025 2024

Totais 83.156 56.065

83.156 56.065

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes e créditos por idade de vencimento.

Período 2025 % 2024 %

A Vencer 80.376 95,89% 51.168 89,83%

Vencidos

De 1 a 30 dias 2.242 2,67% 4.548 7,98%

De 31 a 60 dias 191 0,23% 455 0,80%

De 61 a 90 dias 185 0,22% 176 0,31%

Acima de 90 dias 826 0,99% 776 1,36%

Totais 83.820 100,00% 56.963 100,00%

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está assim representada:

Movimentação 2025 Movimentação 2024

2025 Adições Reversões 2024 Adições Reversões 2023

664 12 (95) 747 136 (24) 635

A provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia, para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos a receber.

8. Estoques

Veículos Automotores 2025 2024

Peças e Acessórios 200.897 273.866

39.926 35.350

200.823 209.216

Em 2024, a Companhia realizou aumento relevante na aquisição de caminhões, parte dos quais permaneceu em estoque ao final do exercício em razão da não concretização de vendas no período. Ao longo de 2025, esses veículos foram gradualmente comercializados, resultando na redução do saldo de estoques em comparação ao exercício anterior.

A seguir estão demonstrados os saldos da conta de Veículos Automotores, mantidos em estoque, posição em 31 de dezembro:

2025 2024

Caminhões Novos - "Linha F" 162.777 201.778

Caminhões Novos - "Linha VM" 36.241 59.574

Caminhões Usados 1.879 12.514

200.897 273.866

Os estoques de Caminhões novos em 2025 - linha "VM", refere-se substancialmente a veículos da categoria de semipesados, enquanto os Caminhões novos - linhas "F" referem-se a veículos classificados como pesados.

9. Impostos a recuperar

2025 2024

ICMS a Recuperar 29.430 47.244

IRPJ / CSLL a Recuperar 247 198

PIS / COFINS a Recuperar 555 124

IPI a Recuperar - 14

30.232 47.580

O valor de ICMS a recuperar no montante de R\$ 29.430 (R\$ 47.244 em 31 de dezembro de 2024) está composto em sua totalidade ao saldo credor na apuração do ICMS de dezembro de 2025.

10. Adiantamentos concedidos

2025 2024

Adiantamentos a Fornecedores Diversos 1.108 558

Adiantamentos a Empregados 317 196

1.425 754

Os adiantamentos a empregados no valor de R\$ 317 (R\$ 196 em 31 de dezembro de 2024), referem-se, predominantemente, a adiantamentos de férias, os quais foram realizados no mês subsequente.

11. Imobilizado

A composição dos saldos está assim demonstrada:

Taxa Anual de Depreciação (%) 2025 Valor Residual

IMOBILIZADO

Terrenos 45.961 - 45.961

Edificações, Instalações e Beneficiárias 63.709 (26.067) 37.642

Máquinas e Equipamentos 7.358 (4.838) 2.520

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO.

Estudo sobre a vida útil econômica dos bens patrimoniais
Na adoção inicial dos CPCs foi desenvolvido um estudo técnico onde o ativo imobilizado foi segmentado em grupos de bens de acordo com a sua natureza e representatividade, sendo considerados também, neste estudo, os aspectos de atribuição de valor residual aos ativos, bem como a análise das particularidades do setor comercial e a pouca probabilidade de venda de bens patrimoniais operacionais.
Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (Impairment)
A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2025, com base nas suas análises.

a) Direito de Uso		Contrato de Aluguel	Total
Taxa média anual de depreciação (%)		20%	20%
Saldos em 1º de janeiro de 2024		1.092	1.092
Adições		1.197	1.197
Baixas		(2.044)	(2.044)
Depreciações		(1.375)	(1.375)
Baixa de depreciações		2.044	2.044
Saldos em 31 de dezembro de 2024		914	914
Saldos em 1º de janeiro de 2025		914	914
Adições		3.019	3.019
Baixas		(1.898)	(1.898)
Depreciações		(1.489)	(1.489)
Baixa de depreciações		1.898	1.898
Saldos em 31 de dezembro de 2025		2.444	2.444

b) Passivo de Arrendamento		Arrendamento Mercantil	AVP - Ajuste a valor presente	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		1.215	(56)	1.159
Adições		1.339	(3)	1.336
Baixas		(1.616)	47	(1.571)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		936	(12)	924
Parcela classificada no circulante		936	(12)	924
Saldos em 1º de janeiro de 2025		936	(12)	924
Adições		3.760	(240)	3.520
Baixas		(2.084)	111	(1.973)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		2.612	(141)	2.471
Parcela classificada no circulante		1.487	(104)	1.383
Parcela classificada no não circulante		1.125	(37)	1.088

13. Fornecedores		2025	2024
Volvo do Brasil Veículos Ltda.		102.753	152.225
Outros Fornecedores		3.101	2.511
		105.854	154.736
Contas a Pagar por Tipo de Moeda		2025	2024
Reais - R\$		105.854	154.736
Totais		105.854	154.736

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a pagar de fornecedores e créditos por idade de vencimento, posição em 31 de dezembro:

Período	2025	%	2024	%
A Vencer	105.854	100,00%	154.736	100,00%
Vencidos de 1 a 30 dias	2	0,00%	1	0,00%
Totais	105.854	100,00%	154.736	100,00%

14. Obrigações trabalhistas e sociais		2025	2024
Obrigações com Pessoal		214	3
Obrigações Sociais		1.517	1.574
Provisões de Férias e Encargos		5.244	5.163
		6.975	6.740
15. Obrigações tributárias		2025	2024
COFINS a Recolher		689	290
PIS a Recolher		142	57
IRRF a Recolher		696	783
ISS a Recolher		186	155
IPI a Recolher		-	5
		1.713	1.290

16. Impostos sobre o lucro
a) Reconciliação da alíquota efetiva
A reconciliação dos tributos apurados conforme as alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados nos exercícios de 2025 e 2024 estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro do Exercício Antes dos Tributos	146.229	157.718
Impostos às alíquotas nominais (34%)	(49.718)	(53.624)
Adições permanentes:		
Juros de Capital Próprio	-	1.788
Incentivos Fiscais	1.773	1.392
Parcela Isenta IRPJ 10%	24	24
Reversão de Provisão	118	65
Diferença arrendamento mercantil de imóveis	-	8
Contingências Processuais	(166)	(61)
Diferença depreciação fiscal/societária	43	(26)
Ajuste a Valor Presente - Vendas	-	(267)
Receita Financeira decorrente de AVP	51	498
Doações com Incentivos Fiscais dedut. IRPJ	(547)	(384)
Outras adições/exclusões permanentes	(43)	(61)
Imposto Diferido constituído/(não constituído)	(46)	(237)
Impostos Registrados no Resultado	(48.511)	(50.905)
Correntes	(48.465)	(50.668)
Diferidos	(46)	(237)
Alíquota Efetiva de IRPJ e CSLL	33,17%	32,28%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos		2025	2024
Tributos Diferidos Ativos:			
Provisão para Litígios, Arrend. Imóveis e AVP		(209)	(212)
Tributos Diferidos Passivos:			
Imobilizado - "Deemed Cost" e Rev. Vida Útil		13.405	13.362
		13.196	13.150

Os saldos relativos ao imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R\$ 13.196 (R\$ 13.150 em 31 de dezembro de 2024) compreendem basicamente o saldo remanescente que foi constituído sobre o custo atribuído ("deemed cost") e da reversão da vida útil do ativo imobilizado na adoção inicial dos CPC's em 1º de janeiro de 2009, bem como determinadas diferenças temporárias dedutíveis.
Os impostos diferidos foram constituídos com as mesmas taxas dos impostos correntes e são realizados na medida em que os bens são depreciados ou baixados em contrapartida do resultado, ou as diferenças temporárias utilizadas fiscalmente.

17. Passivos litigiosos
No curso normal dos negócios, a Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela expectativa de seus consultores legais externos.
A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

Provisão para Litígios:	Movimentação 2025		2024	Movimentação 2024		2023
	Adições	Reversões		Adições	Reversões	
Trabalhistas	136	3	(350)	483	180	303
Cíveis, Fiscais e Tributárias	489	521	(32)	-	(191)	191
	625	524	(382)	483	180	494

Provisões para litígios trabalhistas
Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões, demandas estas que, em 31 de dezembro de 2025, incluíam 4 ações trabalhistas contra a Companhia, movida por ex-colaboradores.
Provisão para litígios cíveis e tributários.
Consiste em um processo judicial relacionada a uma reclamatória de cliente.

A Administração da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, bem como seguindo o entendimento do conservadorismo, realiza provisões das ações trabalhistas com probabilidade de perda provável.
A Companhia está envolvida em outros processos trabalhistas, cíveis e tributários surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da administração e de seus assessores jurídicos, têm expectativa de perda classificada como possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída para fazer face ao eventual desfecho desfavorável. Ao menos uma vez ao ano a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar a situação dos processos e, mensalmente, o departamento jurídico realiza as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

18. Patrimônio líquido
a) Capital social
O capital social em 31 de dezembro de 2025 é composto de 4.462.422 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e duas mil e quatrocentos e vinte e duas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (4.462.422 ações em 2024) compreendendo o montante de R\$ 290.000 (R\$ 170.000 em 31 de dezembro de 2024), totalmente subscrito e integralizado por sócios nacionais. A 44ª AGE de 10 de abril de 2025 aprovou o aumento de Capital Social através da incorporação das Reservas de Lucros no valor de R\$ 60.000, da Reserva Legal no valor de R\$ 20.000, e da Reserva Estatutária no valor de R\$ 40.000, passando a totalizar R\$ 290.000 conforme está redigido no art. 5º do Estatuto Social da Companhia.
b) Reservas
Reservas de Capital
Está composta pela Reserva Especial de Ágio no montante de R\$ 5.981 (R\$ 5.981 em 31 de dezembro de 2024), oriunda da incorporação da Empresa Rio Bonito Transporte e Logística Integrada Ltda.
Reserva de Lucros

	2025	2024
Reserva Legal	9.127	24.241
Reserva Estatutária	16.884	47.112
Retenção de Lucros	113.846	143.772
Incentivo Fiscal	12.808	12.808
	152.665	227.933

A reserva legal, no montante de R\$ 9.127 (R\$ 24.241 em 31 de dezembro de 2024), está sendo constituída sobre lucros auferidos nos exercícios, conforme requerido pela legislação societária Art. 193 da Lei nº 6.404/76.
A reserva estatutária, no montante de R\$ 16.884 (R\$ 47.112 em 31 de dezembro de 2024), foi constituída sobre lucros auferidos nos exercícios, composta de acordo com as destinações mencionadas no Estatuto Social da Companhia, dentro dos limites permitidos pela Lei nº 6.404/76.
A reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 113.846 (R\$ 143.772 em 2024), está representada pelo valor da destinação do lucro de 2024 a disposição dos acionistas.
O quadro abaixo demonstra a movimentação da Reserva de Retenção de Lucros.

	2025	2024
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	143.772	143.772
Destinação do Lucro do Exercício 2024	60.000	(60.000)
Aumento de Capital Social	(30.000)	(30.000)
Distribuição de Dividendos	(30.000)	(30.000)
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	113.846	113.846

Parte da reserva de lucros é composta também pelo montante de R\$ 12.808 em 2025 (R\$ 12.808 em 31 de dezembro de 2024) relativo às reservas de Incentivos Fiscais, e referem-se basicamente aos incentivos da Lei Complementar 160/17. A subvenção recebida refere-se a incentivos fiscais de ICMS sobre redução da base de cálculo de veículos seminuevos. Tais valores transitaram pelo resultado do exercício e foi segregado no patrimônio líquido, em razão da vedação de sua distribuição.

c) Distribuição de dividendos
Aos acionistas é assegurada, anualmente, conforme estabelecido no Estatuto da Companhia, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, a razão de 25%, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. No ano de 2025 o montante distribuído de dividendos foi R\$ 23.208 (R\$ 25.368 em 31 de dezembro de 2024).

d) Ajuste de avaliação patrimonial
Na adoção inicial dos CPCs a Companhia fez a opção de ajustar os saldos contábeis líquidos do imobilizado a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da interpretação Técnica ICPC 10.
A contrapartida foi registrada na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

Mutações		2025	2024
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		21.020	
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado		(438)	
Realização dos Tributos Diferidos		149	
Saldo em 31 de Dezembro de 2024		20.731	
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado		(336)	
Realização dos Tributos Diferidos		114	
Saldo em 31 de Dezembro de 2025		20.509	

e) Destinação do lucro líquido
As destinações propostas para o Lucro Líquido do Exercício de 2025 são as seguintes:

	2025	2024
(=) Lucro líquido do exercício	97.718	106.813
(-) Realização depreciação s/ vida útil do imobilizado	222	289
(-) Incentivo Fiscal na exclusão de ICMS da BC IR/CL - LC 160	-	-
(-) Constituição de reserva legal (5% do lucro líquido)	(4.886)	(5.341)
(-) Constituição de reserva estatutária (10% do lucro líquido)	(9.772)	(10.682)
(-) Distribuição de dividendos e JSCP	(23.208)	(25.368)
(=) Reserva de Lucros a disposição dos acionistas	60.074	65.711

19. Receita operacional líquida		2025	2024
Vendas de Mercadorias		1.500.599	1.824.441
Serviços Prestados		41.864	36.350
Comissões e Corretagens		19.353	11.900
(-) Deduções			
Descontos Concedidos		(16.362)	(8.101)
Devolução de Vendas		(3.373)	(4.277)
PIS		(2.783)	(2.618)
COFINS		(12.840)	(12.095)
ICMS		(150.140)	(185.081)
ISS		(2.273)	(1.814)
IPI		(100)	(172)
		1.433.945	1.658.623

Em 2025, a Companhia registrou redução significativa em suas receitas em comparação ao exercício anterior. Esse desempenho foi impactado, principalmente, pelo aumento da taxa básica de juros (SELIC), que resultou em condições de crédito mais restritivas e menor volume de vendas financiadas, afetando diretamente o faturamento no período.

20. Custos dos produtos vendidos e serviços prestados		2025	2024
Mercadorias Vendidas		(1.255.272)	(1.461.552)
Gastos com Veículos		(11.592)	(8.745)
Custos com Pessoal		(17.962)	(14.594)
Serviços de Terceiros		(2.110)	(1.882)
Outros Custos		(1.321)	(693)
		(1.288.257)	(1.487.466)

Os gastos com veículos apresentaram um aumento devido aos custos adicionais de armazenamento decorrentes da permanência de veículos em estoque.

21. Despesas gerais e administrativas		2025	2024
Pessoal		(45.618)	(43.764)
Gastos com Vendas		(14.281)	(8.849)
Manutenção		(2.029)	(841)
Depreciação e Amortização		(4.000)	(3.898)
Despesas Gerais		(20.364)	(18.913)
		(86.292)	(76.265)

Apesar da queda no faturamento, houve elevação nas despesas com eventos de vendas, consórcio e outras despesas comerciais, em razão de iniciativas voltadas ao estímulo das vendas, inclusive com a concessão de subsídios em determinadas operações. Adicionalmente, registrou-se aumento nas despesas com manutenção de imóveis, decorrente de manutenções realizadas na matriz e em algumas filiais.

22. Remuneração dos Administradores
Na 42ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 10 de Abril de 2025 foi aprovado o valor global de R\$ 3.323 (R\$ 3.323 em 2024) a título de remuneração da administração da Companhia, para rateio entre o Conselho de Administração e Diretoria.
Os membros da diretoria foram eleitos pela 20ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 10 de abril de 2025, com mandato até 10 de abril de 2026. A diretoria da Companhia é composta por pessoas que possuem autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades da Sociedade.

23. Outras receitas (despesas) operacionais		2025	2024
Outras Receitas Operacionais			
Bonificação por Atingimento de Metas (a)		55.296	54.744
Venda de Sucata e Óleo		1.420	1.550
Reversão de Provisão		348	191
Reversão de Perdas de Duplic Incobráveis		100	24
Recuperação de Despesas (b)		5.739	1.496
Recuperação de Impostos (c)		5.081	-
Ganho de Capital com Precalçador		1.443	1.439
Outras Receitas Diversas		1.835	230
(-) Outras Despesas Operacionais			
Contingências Processuais		(489)	(180)
PIS e COFINS s/ Outras Receitas		(5.900)	(5.286)
Despesas Plano Manutenção e Garantia		-	(1.845)
Outras Despesas Diversas		(334)	(131)
		64.539	51.332

a) As bonificações são pagas pelo fabricante dos veículos vendidos pela Companhia de acordo com a superação de metas de venda.
b) Este montante engloba diversas recuperações de despesas incorridas pela Nórdica em 2025, destacando-se principalmente os subsídios provenientes da Volvo em iniciativas comerciais suportadas pela Nórdica.
c) Recuperação de impostos: contempla o montante de R\$ 3.667 referente à exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e da COFINS, R\$ 339 relativos à restituição de ICMS pago em duplicidade (crédito em conta gráfica) e R\$ 1.075 referentes a pedido de restituição de ICMS.

24. Encargos financeiros líquidos		2025	2024
Receitas Financeiras		28.598	17.623
Rendimentos de Aplicações Financeiras		25.484	14.574
Juros Recebidos de Clientes		2.809	1.375
Remuneração s/ Tributos		90	44
Descontos Obtidos		10	53
Variação Cambial		33	111
Receita Financeira Decorrente de AVP		151	1.486
Outras Receitas Financeiras		21	-
(-) Despesas Financeiras		(3.396)	(3.379)
Juros Pagos a Fornecedor e Tributos		(89)	(360)
Tarifas e Despesas Bancárias		(88)	(85)
PIS / COFINS s/ Receitas Financeiras		(1.320)	(859)
Tributos Sobre Operações Financeiras		(2)	(1)
Despesas Financeiras de Arrendamento		(37)	(104)
Tarifas de Cartões		(1.755)	(1.951)
Desconto Concedido		(82)	(19)
Outras Despesas Financeiras		(23)	-
		25.202	14.244

25. Gestão de risco financeiro
25.1 Considerações gerais e políticas
A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

25.2 Fatores de riscos

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO.				
Descrição	Cobertura	Valor	Vigência	
			Início	Término
Patrimonial	Prédio, raio e explosão	15.000	31/mar./25	31/mar./26
	Danos Elétricos	100	31/mar./25	31/mar./26
	Bens de Terceiros em poder segurado	500	31/mar./25	31/mar./26
	Equipamentos Eletrônicos	50	31/mar./25	31/mar./26
	Riscos Diversos Concess de Veículos	1.500	31/mar./25	31/mar./26
	Venda, Granizo, Impacto de Veículos	3.000	31/mar./25	31/mar./26
	Impacto de Veículos Terrestres	1.000	31/mar./25	31/mar./26
	Alagamento/Inundação	100	31/mar./25	31/mar./26
	Roubo e/ou Furto Qualificado	2.000	31/mar./25	31/mar./26
	Equip. em Exposição ou Demonstração	320	31/mar./25	31/mar./26
	Quebra de vidros	25	31/mar./25	31/mar./26
	Anúncios luminosos	80	31/mar./25	31/mar./26
	Respons. Civil - Danos ao Veículo	640	31/mar./25	31/mar./26
	Respons. Civil - Danos causados ao Veículo	640	31/mar./25	31/mar./26
Responsabilidade Civil Operações da Conces.Veículos	700	31/mar./25	31/mar./26	
Veículos	Casco	100% FIPE	31/mar./25	31/mar./26
	Danos Materiais	250	31/mar./25	31/mar./26
	Danos Corporais	250	31/mar./25	31/mar./26
	Danos Morais/Estéticos	50	31/mar./25	31/mar./26
	Carroceria	36	31/mar./25	31/mar./26
	App	5	31/mar./25	31/mar./26

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
NÓRDICA VEÍCULOS S.A.
Curitiba - PR

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras **NÓRDICA VEÍCULOS S.A.** (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **NÓRDICA VEÍCULOS S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos** - As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 apresentadas comparativamente, foram por nós auditadas, conforme Relatório do Auditor Independente emitido em 28 de fevereiro de 2025, sem ressalvas. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Curitiba (PR), 27 de fevereiro de 2026.

Martinelli
AUDITORES

FABIO EDUARDO LORENZON
Contador CRC (SC) nº 026.215/O-6
MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

CONTADOR

MAURO LUÍS GROSSMANN
Nórdica Veículos S/A
Contador - CRC-PR nº 43.774/O-6



PRODIET NUTRIÇÃO CLÍNICA S.A.
CNPJ nº 08.183.359/0001-53 – NIRE 41.208.354.224
EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Realizada em 08/04/2025

Data, Hora e Local: Em 08/04/2025, às 15:00 horas, realizada na sede social da ("Companhia"). **Convocação:** Dispensada a convocação em razão da presença de acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia **Georges Devesa; Benjamin Olivier Pierre Ghislain Jacquot; e Armando Pedro Tortelli**, nos termos do disposto no §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Presenças:** a totalidade. **Mesa:** Presidente: Armando Pedro Tortelli; Secretário: Gabriel Tortelli. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Por unanimidade, os Acionistas da Companhia sem quaisquer reservas ou ressalvas, deliberaram: (i) a aceitação das renúncias aos cargos de Diretor apresentadas pelos Srs. **Armando Pedro Tortelli e Gabriel dos Passos Tortelli**; (ii) a eleição dos Srs. **Gabriel dos Passos Tortelli** para o cargo de **Diretor Presidente** e **Benjamin Olivier Pierre Ghislain Jacquot** para o cargo de **Diretor Financeiro**, ambos com mandato de 2 (dois) anos; e (iii) a outorga de procuração para representação no Brasil, nos termos do art. 146, §2º da Lei nº 6.404/1976. Os diretores eleitos declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade. **Encerramento:** Nada mais.

Curitiba/PR, 08 de abril de 2025.
Armando Tortelli - Presidente da Mesa e **Gabriel Tortelli** - Secretário da Mesa.

PRODIET NUTRIÇÃO CLÍNICA S.A.
CNPJ nº 08.183.359/0001-53 – NIRE 41.208.354.224
Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Realizada em 16 de Maio de 2025

Data, Hora e Local: Em 16/05/2025, às 13:30 horas, realizada na sede social da ("Companhia"). **Convocação:** Dispensada a convocação em razão da presença de acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do disposto no §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Presenças:** a totalidade. **Mesa:** Presidente: Georges Devesa; Secretário: Armando Tortelli. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Por unanimidade, os Acionistas da Companhia, sem quaisquer reservas ou ressalvas, deliberaram: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. Aprovar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia auditadas, referentes ao Exercício Social findo em 31/12/2024, sendo apurado lucro líquido no montante de R\$ 24.054.929,17. 1.2. Os Acionistas reconhecem, sem quaisquer ressalvas, que houve em época do tipo societário anterior da Companhia, alterado tão somente em 05/03/2025 por força da 29ª Alteração de Contrato Social registrada em 10/03/2025 na JUCEPAR sob o nº 41300331529, a destinação do lucro líquido apurado, da seguinte forma: (i) R\$ 4.126.286,48 em distribuição de dividendos; (ii) R\$ 3.246.000,00 em pagamento de juros sobre capital próprio; (iii) R\$ 15.565.818,00 destinados à conta de lucros acumulados, com subsequente incorporação à reserva de lucros para capitalização em aumento de capital deliberado na 28ª Alteração do Contrato Social, realizada em 25/02/2025 e registrada em 05/03/2025 na JUCEPAR sob o nº 20251017958; e (iv) os remanescentes R\$ 1.116.824,69, incorporados à reserva de lucros. 1.3. Por fim, dado o caráter excepcional de distribuição antecipada do resultado findo em 31/12/2024, conforme descrito acima, os Acionistas concluem e aprovam que não será possível tampouco aplicável a distribuição de dividendos obrigatórios, bem como constituição de reserva legal. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 2.1. Foi aprovada, sem ressalvas, a alteração do endereço da Filial nº 06, que passará da Rua Acylino Francisco de Medeiros, nº 430, CEP 94.045-410, Distrito Industrial, Gravataí - RS, para a Rua Estrada Henrique Closs, nº 445, Módulos 04, 05, 06, 07 - Galpão 01, Bairro Costa do Ipiranga, CEP 94.230-010, Gravataí - RS. Desta forma, o parágrafo 1º do artigo 1º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 1º - (...) Parágrafo 1º - A Companhia possui filiais localizadas nos seguintes endereços: (a) Filial nº 01 - localizada na Rua General Potiguara nº 1428 - Condomínio Conesul - Barracão 07/18/19/20 e 21 - Bairro Novo Mundo - CEP 81.050-500 - Curitiba - PR. (b) Filial nº 02 - localizada na Rua dos Eucaliptos nº 147 - Blocos 04 e 05 - Bairro Capela Velha, CEP 83.705-320 - Araucária - PR. (c) Filial nº 03 - localizada na Rodovia BR 101 Sul nº 3791 - Bloco B Módulos 8B 1B e 2B - Sala 04, Bairro: Distrito Industrial Santo Estevão - Cidade: Cabo de Santo Agostinho/PE - CEP: 54.503-010. (d) Filial nº 04 - localizada na Rodovia BR 101, s/nº, Km 23, CEP 89.239-500, Bairro: Pirabeiraba - Cidade: Joinville - SC. (e) Filial nº 05 - localizada na Rodovia Waldomiro Correa de Camargo, s/nº, Km 59, galpão C, CEP 13.308-200, Cidade: Itu - SP. (f) Filial nº 06 - localizada na Rua Estrada Henrique Closs, nº 445, Módulos 04, 05, 06, 07 - Galpão 01, Bairro Costa do Ipiranga, CEP 94.230-010, Cidade: Gravataí - RS. (...) 2.2. Em ato seguinte, os Acionistas decidem modificar a forma de representação da Companhia, mediante alteração do item "(b)" do artigo 18 que passará a prever a possibilidade de representação por 1 procurador, respeitados os poderes conferidos a ele em seu mandato. Desta forma, o referido dispositivo passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 18 - A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros: (a) Pelo Diretor Presidente, individualmente; (b) Por 1 procurador, respeitados os poderes conferidos a ele em seu mandato; ou (c) Por 2 Diretores em conjunto. (...)**" Por fim, os acionistas decidem consolidar o Estatuto Social da Companhia, cuja redação completa encontra-se prevista no Anexo I. **Lavratura e Encerramento:** Nada mais. Curitiba, 16/05/2025. **Georges Devesa** - Presidente da Mesa; **Armando Tortelli** - Secretário da Mesa.**



RELATÓRIO DE ASSINATURAS

Este documento foi assinado de forma digital ou eletrônica na plataforma Portal de Assinaturas sDoc. Certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria, emitida por uma autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Verifique as assinaturas em:

<https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=7580fe57-caeb-40f6-b77d-a0c21af8dde4>

Chave de acesso: 7580fe57-caeb-40f6-b77d-a0c21af8dde4



Hash do documento

0315cd284096af836c5234684f7e1d264c958212d2ca57361eb1df49f01595be

Documento disponível em



Documento(s) gerado(s) em 26-03-2026, com o(s) seguinte(s) participante(s):

POLO BRASIL EDITORA E AGENCIA DE NOTICIA - 60.172.497/0001-57 em
26/03/2026 06:33:17 UTC-03:00

Tipo de Participante: Assinatura Digital

Identificação: Por e-mail: jadete@jornalpolobrasil.com.br

Geolocalização: Latitude: Longitude:

IP: 177.24.29.141



Documento eletrônico assinado digitalmente.
Validade jurídica assegurada conforme
MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil.